

Emissões na área de energia exigem prudência

NOVAES, Washington. "Emissões na área de energia exigem prudência". O Estado de São Paulo. São Paulo, 19 de fevereiro de 2016.

A cada dia, mais o noticiário é ocupado por informações sobre dramas climáticos em todas as partes e de discussões sobre o que se prevê para essa área. A cidade de São Paulo enfrenta inundações inéditas. O Rio de Janeiro parece envolvido num cobertor pesado, enquanto a temperatura diária ultrapassa os 40 graus Celsius. O Nordeste brasileiro atravessa grave seca, principalmente em 84 municípios de regiões do Rio São Francisco. Nos Estados Unidos, há áreas sofrendo com temperaturas de até 25 graus negativos.

E as perspectivas, aqui e no mundo, não são alentadoras. Rajendra Pachauri, o experiente diplomata que durante 15 anos comandou o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (ONU), tem dito que, embora o acordo sobre o clima alcançado em Paris no final de 2015 seja "um avanço", em termos científicos os compromissos assumidos pelos países para reduzir suas emissões ("Contribuições Nacionalmente Determinadas") são "completamente inadequados para limitar a 2 graus Celsius o aumento da temperatura planetária até o final deste século" (comparando com os níveis préindustriais). Numa das mais recentes avaliações globais, feita por numerosos cientistas em Yokohama, no Japão, sentenciouse que, se não houver esforços adicionais, no fim deste século o aquecimento global passará "do nível alto para um nível mais alto" – com consequências alarmantes.

O mundo não tem alternativa a não ser reduzir – até eliminar – as emissões de poluentes que se acumulam na atmosfera e contribuem para as mudanças climáticas. Nenhum país poderá escapar. E o Brasil, que tem condições privilegiadas para mudar, graças à sua matriz energética mais favorável, continua envolvido numa "crise de energia" – diz o noticiário das últimas semanas, referindo-se às hidrelétricas, que emitem menos que termoeletricas ou geradoras que utilizam carvão, diesel ou gás. Há uma crise nos investimentos para implantar linhas de transmissão. A empresa vencedora do leilão para a linha ManausBoa Vista desistiu do projeto. Estão paradas desde novembro as obras que ligarão a hidrelétrica de Belo Monte ao Nordeste, com a concessionária em recuperação judicial (Valor Econômico, 15/2). E chegase ao ponto de o Ministério de Minas e Energia "não descartar" uma volta à ligação de termoeletricas, as mais poluidoras (Agência Globo, 21/10/15).

A chamada "crise na área do petróleo" pode abrir caminho a energias mais "limpas". Mas por aqui quase só se ouvem lamentações (por causa também dos problemas que a crise provoca na área do pré-sal, com a queda de preços até para menos de US\$ 30 por barril), agravada pela concorrência do gás de xisto nos Estados Unidos e em outras partes.

No próximo dia 25 começará em Fortaleza a II Jornada sobre Cidades e Mudanças do Clima, com representantes de 86 países da América Latina e 100 no total, aí incluídos delegados de oito cidades com mais de 100 mil habitantes. O organizador é o Iclei, que reúne membros de governos "dedicados ao desenvolvimento

sustentável”, com a atenção neste momento centrada no clima. Será importante, porque a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da ONU, chama a atenção: o fenômeno El Niño é o mais forte em 50 anos; atinge e atingirá muitos países e chega à África Austral, onde muitos países terão as menores chuvas dos últimos 35 anos.

Como atuar em nível global e ainda pensando que os problemas atingem muito desigualmente as populações dos países e, em cada um deles, os indivíduos, diferenciados em matéria de renda e consumo? O cientista brasileiro Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), lembra: na média, cada pessoa no mundo poderia emitir o equivalente a duas toneladas anuais de dióxido de carbono, de modo a não contribuir para situações indesejáveis; mas um norte-americano emite 18,6 toneladas anuais; um alemão, 10. toneladas; um chinês, 7,9 toneladas; um brasileiro, 7,5 toneladas (na média). Será difícil em toda parte. No Brasil, o governo fixou em 37% a meta de redução das emissões até 2025.

É indispensável olharmos para o quadro que a ONU traça: inundações, tormentas, ondas de calor e outros desastres cortaram a vida de mais de 600 mil pessoas desde 1995; e a tendência “é aumentar”, pois nos quatro últimos anos ocorreram 14% mais fenômenos dessa natureza do que há dez anos, quase o dobro em relação ao período 1985-89; e afetaram 4 bilhões de pessoas (Eco 21, janeiro de 2015).

Há movimentos ocorrendo em várias partes, mesmo enfrentando reação poderosa de setores econômicos de ou grandes investidores em projetos de energia com taxas altas de emissão de poluentes, O presidente dos EUA, Barack Obama, por exemplo propôs (The New York Times, 22/1) limite para emissões de metano na extração de petróleo e gás (o metano é 25 vezes mais poluentes que o dióxido de carbono). Os impostos nesses setores também serão maiores.

Na nossa área de energia, o setor das renováveis é o que tem mostrado maior crescimento – mas partindo de uma base inferior. Entre 2005 e 2014, eólica, solar e biomassas foram as que mais avançaram (146%); a energia hídrica aumentou 10%; petróleo, 32%; gás natural, 80% – segundo o Balanço Energético Nacional (Estado, 15/2). Mas prevê-se aumento de 34% na demanda até 2035, com pequeno avanço das renováveis (1,4%), comparadas com as fósseis. Pode ser um número até mais favorável, pois já está ocorrendo considerável desinvestimento na área das fósseis, segundo a revista New Scientist (14/11/15).

Analistas muito respeitados, como o professor Sérgio Besserman Vianna, dizem (O Globo,14/2) que a meta de limitar a 1,5 grau Celsius a temperatura do planeta é “miragem enganadora. O que já está aí aponta para 3 graus Celsius, se não houver redução da produção e do consumo”. São palavras muito fortes, ditas por quem tem competência e é respeitado. Ouçamos.

WASHINGTON NOVAES NOVAES É JORNALISTA/